



Cultura, Conhecimento e Memória: olhares decoloniais

Culture, Knowledge and Memory: Decolonial Perspectives

Naiene Sanchez Silva ^{a,*} 

Selma Cristina da Silva ^a 

RESUMO: A sessão 3 aborda as condições e as circunstâncias da produção de conhecimento tanto na sua dimensão acadêmica, no âmbito das universidades, quanto na perspectiva da criação artística, através dos produtos culturais de grande circulação. O fio condutor de ambas as reflexões é a colonialidade do saber, pensada como desdobramento das noções de colonialidade do ser e do poder. A professora Nancy Sanchez Tarrago discorre sobre a produção de conhecimento científico nos hemisférios Sul e Norte e as implicações dos processos de legitimação e valoração. A professora Giulia Crippa, por sua vez, analisa duas obras literárias, de origem australiana, adaptadas como audiovisuais - *O Livro dos Peixes de William Gould* (Richard Flanagan) e *Picnic at Hanging Rock* (Joan Lindsay) – as quais permitem perceber instantes de desconstrução e crítica da memória e da história oficial da colonialidade.

Palavras-chave: Decolonialidade; Conhecimento; Produção cultural e artística; Colonialidade do saber.

ABSTRACT: Session 3 addresses the conditions and circumstances of knowledge production both in its academic dimension, within universities, and in the perspective of artistic creation, through cultural products of wide circulation. The common thread of both reflections is the coloniality of knowledge, conceived as an unfolding of the notions of coloniality of being and power. Professor Nancy Sanchez Tarrago discusses the production of scientific knowledge in the Southern and Northern hemispheres and the implications of the processes of legitimation and valuation. Professor Giulia Crippa, in turn, analyzes two literary works, of Australian origin, adapted as audiovisual - *The Fish Book* by William Gould (Richard Flanagan) and *Picnic at Hanging Rock* (Joan Lindsay) – which allow us to perceive moments of deconstruction and critique of the memory and official history of coloniality.

Keywords: Decoloniality; Knowledge; Cultural and artistic production; Coloniality of knowledge.

^a Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Naiene Sanchez Silva. E-mail: naiene@usp.br.

Recebido em/Received: 24/06/2021; Aprovado em/Approved: 13/10/2021.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

A sessão 3 aborda as questões envolvidas na produção de conhecimento tanto na sua dimensão acadêmica, no âmbito das universidades, de caráter “científico”, quanto na perspectiva da criação artística, de forma específica em produtos culturais de grande circulação, tratados como produção cultural de massa. O fio condutor das abordagens é a colonialidade do saber, pensada como desdobramento das noções de colonialidade do ser e do poder. Trata-se, nesse sentido, das condições de produção de conhecimento que são dadas pela epistemologia ocidental, eurocêntrica, constituída pelo universalismo (intelectual, racional), pelo sexismo (patriarcado) e pelo racismo (brancos), reproduzindo as relações coloniais de poder. Fora desse constructo, segundo essa concepção, não existem teorias ou conhecimentos válidos, mas somente crenças, saberes práticos e sensações efêmeras.

A professora Nancy Sanchez Tarrago discute essa colonialidade do saber e suas implicações na tão falada, e acriticamente aceita, desproporcionalidade da produção de conhecimento científico entre os hemisférios Sul e Norte. Ela demonstra como os dispositivos de legitimação e quantificação, incluindo aí a adoção de idiomas específicos, entre eles o inglês, são criados para superdimensionar e valorar as pesquisas estadunidenses e europeias. Para reverter esse quadro, é preciso que os professores/pesquisadores/intelectuais e acadêmicos construam novas metodologias e instrumentos que incorporem, em suas pesquisas, as perspectivas epistêmicas de outros povos e grupos. A decolonialidade se apresenta como a urgência de se reconhecer outras formas de ser, conhecer e se relacionar.

A análise de Giulia Crippa concentra-se em duas obras literárias, de origem australiana, adaptadas como produtos audiovisuais - filme e minissérie: *O Livro dos Peixes de William Gould* (Richard Flanagan) e *Picnic at Hanging Rock* (Joan Lindsay). É possível afirmar que essa produção audiovisual deixa entrever instantes de desconstrução e crítica da memória e da história oficial da colonialidade. Podemos entender que, no contexto da criação artística, são os artistas que podem extrapolar e subverter a lógica colonial de produção e reprodução do mundo; burlar seus dispositivos de informação e de memória, na tessitura de outras narrativas, alternativas, que deixam vaziar sentidos outros. Podemos nos perguntar se, do ponto de vista da “audiência” ou da “recepção”, para além da própria análise intelectual acadêmica, estaríamos todos predispostos ou abertos a esse vislumbre decolonial.

Quanto a isso, a esse vislumbre, a contribuição da Ciência da Informação, e dos bibliotecários, encontra o seu ponto forte, seja na academia ou nas demais modalidades da produção cultural: pelo incentivo da crítica consciente aos dispositivos de informação, às redes de memórias e arquivos e suas representações coloniais. E também na construção de ferramentas diversas, na desordenação do mundo e na desclassificação dos conhecimentos/saberes.

PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA LATINO-AMERICANA SOB ALENTE DAS PERSPECTIVAS DECOLONIAIS

Palestrante: Prof.^a Dra. Nancy Sanchez Tarrago (UFRN)



América Invertida de Joaquín Torres García

Os mapas apresentados por Nancy Sanchez Tarrago expõem a quantidade de documentos acadêmicos produzidos por autor ao redor do globo. A partir deles, é possível concluir que existe uma tendência de concentração da produção acadêmica na região do hemisfério norte. Os Estados Unidos e a Europa se destacam como regiões de maior atividade científica. Diante dessa desproporcionalidade, coloca-se em questão quais seriam os meios possíveis de interferência de bibliotecários e pesquisadores no cenário da produção acadêmica mundial. Para Tarrago, o desenho desse cenário diz respeito à colonialidade e à geopolítica do conhecimento, contexto que deve ser combatido com ferramentas conceituais. Quais seriam essas ferramentas? Como questionar os critérios utilizados para a determinação do que é conhecimento válido e não válido? Quem está construindo esses critérios?

Segundo Tarrago, o colonialismo foi formalmente eliminado, porém os problemas da distribuição de trabalho, entre os centros e as periferias, assim como a hierarquia de gênero, nunca foram superados. A decolonialidade é uma corrente de estudos que entende o colonialismo como a possibilidade de exercer o poder em “chave negativa”. Nas palavras de Tarrago, “os estudos decoloniais são um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas que buscam analisar a questão do poder na modernidade/colonialidade”.

A colonialidade, por sua vez, pode ser definida como um projeto histórico e cultural que teve origem no colonialismo. De acordo com a professora, as questões decoloniais debruçam-se, sobretudo, na maneira como a cultura eurocêntrica pode operar

silenciando, eliminando e explorando grupos que se declaram unidos por especificidades raciais, étnicas e de gênero. Logo, as questões políticas, econômicas e jurídicas, relacionadas à colonização, não devem ser analisadas separadamente, apartadas das violências de gênero, de raça, epistêmicas e étnicas. Os estudos decoloniais se debruçam sobre três categorias principais: a colonialidade do poder, estrutura complexa que se desdobra em outros níveis como a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, entrelaçando-se com as ideias de controle da economia, geopolítica do conhecimento, colonialidade de gênero, de sexualidade, da natureza e dos recursos naturais.

A ideia de colonialidade do poder foi criada por Aníbal Quijano, no final dos anos 1980; é entendida como uma modalidade de poder, guiada pela ideia de acumulação capitalista, cuja finalidade é controlar distintas formas de trabalho. Esse *modus operandi* acentua estereótipos de raça, justificando, por exemplo, o trabalho escravo executado pelos não brancos. A colonialidade do poder se relaciona com a colonialidade do saber, ideia desenvolvida por Edgardo Lander, que significa a imposição de uma forma de conhecimento, baseada na separação entre mente e corpo e na supremacia do intelecto.

Segundo Nancy Tarrago, o cartesianismo justifica uma maneira de pensar caracterizada pela exploração e, ao mesmo tempo, pela negação do saber de quem está sendo explorado. Os europeus, por exemplo, se apropriaram das tecnologias indígenas e, concomitantemente, suplantaram os discursos que constituíam o conhecimento desses povos. Os indígenas eram catequizados e obrigados a aprender línguas de procedência europeia, isto é, a língua dos colonizadores. A cultura, nesse momento, passa a ser entendida como sinônimo de civilização. E, a partir de 1945, de acordo com a professora, o papel civilizatório da Europa se desloca para os Estados Unidos da América.

O tema da produção do saber científico, na perspectiva da colonialidade, foi abordado por Tarrago a partir de quatro vetores tecnológicos distintos: material, cognitivo, literário e social. Todos esses segmentos atuam de modo a consagrar um discurso universal de conhecimento, sendo o espaço de enunciação desse discurso ocupado pelo homem branco. Nelson Maldonado-Torres desenvolve o conceito da colonialidade do ser, que se refere à desqualificação epistêmica e ontológica da mulher e do homem não branco. A partir do cogito cartesiano, “Penso, Logo Existo”, a colonialidade pôde classificar os Outros, separando-os do homem universal. Assim, gênero e raça tornam-se um indicador de inferioridade. Nancy Tarrago destaca a fala de Grosfoguel (2008):

Durante os últimos 513 anos do "sistema europeu/euro-americano moderno/colonial capitalista/patriarcal mundial", passamos do "cristianizar-se ou eu te mato", do século 16, ao "civilizar-se ou eu te mato", dos séculos 18 e 19, ao "se desenvolva ou eu te mato", do século 20 e, mais recentemente, para “se democratize ou eu te mato” do início do século 21”.

Podemos concluir, pensando nas perguntas iniciais, que o racismo é o princípio que determina quem pode ou não produzir e legitimar o conhecimento. Essa constatação traz à tona as ideias de geopolítica e corpo-política do conhecimento. Não raro, é comum ouvir que a produção intelectual europeia ou estadunidense é melhor (e muito superior) do que a produzida no Brasil. Entretanto, os critérios de validação dos conhecimentos, assim como as metodologias de administração de dados, são certificados pelos mesmos países que declaram concentrar a produção mundial. Entre esse aparato colonial está a hegemonia da língua inglesa. Por que ela se tornou “universal”?

Uma das consequências observadas, segundo Tarrago, é que a lógica de produção de conhecimento no ambiente acadêmico se configura, como espelho, a partir da dinâmica do mercado. Também é possível perceber o problema da aceitação, sem questionamentos, de métodos científicos que reforçam condições hierárquicas de gênero, raça e etnia. Como antídoto às estruturas que instituem a colonialidade no âmbito da academia, Tarrago destaca a necessidade de estimular a corporização dos conhecimentos; o cuidado em contemplar autores que fogem do circuito europeu e norte-americano; a importância de expor o lugar de fala dos autores e a possibilidade de contemplar novas formas de expressar conhecimento. É importante valorizar o plurilinguismo, as produções locais e a criação de metodologias que resultem na construção de indicadores alinhados à dinâmica local.

Para quem e para quem é o conhecimento que criamos e produzimos? Quais valores e possibilidades para o futuro são nutridos? Que valores e possibilidades para o futuro estão prejudicados? (Lander, 2002).

ASSUNTOS DE ARQUIVOS E MEMÓRIAS: IDENTIDADES PÓS-COLONIAIS EM PRODUTOS CULTURAIS DE MASSA

Palestrante: Prof.^a Dra. Giulia Crippa (Universidade de Bolonha)

A apresentação de Giulia Crippa é iniciada com uma reflexão crítica sobre a Itália, o seu próprio país de origem. Ela relembra episódios históricos, relacionados à guerra e à maneira como a Itália lidou com suas colônias, a investida contra a Líbia e a Somália, o mercado de imigrantes e o fato de a Itália ter sido o primeiro país a ter campos de concentração. Alicerçada sobre uma série de vetores coloniais, a Itália não conseguiu olhar para o seu passado e reconhecer sua condição colonizadora. Paradoxalmente, a sua população também não é reconhecida como suficientemente branca pelos Estados Unidos e Europa.

Ao narrar as suas memórias pessoais, descrevendo sua experiência como uma europeia que, durante muitos anos, viveu e teve uma expressiva atividade acadêmica no Brasil, e trazer partes da história italiana sob a perspectiva da colonização, Giulia Crippa aplica justamente aquilo que destaca ao longo de toda sua fala: encontrar novas maneiras de contar a história. Quando expõe o comportamento belicoso da Itália em

relação a outras culturas e países, visando manter suas colônias, ela convoca-nos a refletir sobre a relação dos italianos com sua própria história. Diante desse cenário, não seria adequado rever a legitimidade da história desse país? De suas colônias? Não seria justo revisitar os acontecimentos passados buscando novas narrativas e pondo em xeque as verdades que foram consagradas como inalteráveis?

Entretanto, segundo Crippa, o ato de trazer à tona narrativas alternativas não deve se limitar a reivindicar um novo passado. O resgate de novas narrativas implica também entender e combater epistemologias alinhadas ao neocolonialismo. O meio digital, por exemplo, pode nos trazer uma falsa sensação de democracia, uma vez que as narrativas geradas nesse meio, aparentemente diversas, normalmente reforçam o caráter da narrativa dominante. Da mesma forma, produtos culturais de ampla circulação, categorizados como produtos de massa, ou não, podem trazer questionamentos sobre as formas de “narrar memórias”. É possível considerar que tais produtos extrapolam os limites de um tipo de entretenimento, comprometido ideologicamente com valores de mercado?

Giulia Crippa acredita que sim e, como demonstração, analisa dois desses produtos de origem australiana: a obra *O Livro dos Peixes* de William Gould, de autoria de Richard Flanagan, publicada em 2001; e o livro de Joan Lindsay, publicado em 1967, intitulado *Picnic at Hanging Rock*. Ambos são produtos culturais de um país, Austrália, que tem que lidar, ainda hoje, com o genocídio de seus aborígenes e marcas violentas da colonização. Segundo Crippa, assim como em outros países colonizados, a história deve ser investigada e recontada a partir de distintas óticas. O interesse da professora é observar esses produtos culturais como alternativas à narrativa europeia dominante, pois eles mobilizam audiências e jogam luz às perspectivas pós-coloniais, pouco abordadas no mundo acadêmico.

Dessa forma, em *O Livro dos Peixes* de William Gould, a leitura de Crippa enxerga o “arquivo” como o elemento central da obra, provocando discussões sobre o pensamento decolonial. Por intermédio de suas personagens, a obra suscita reflexões sobre a memória: elas aparecem como fraudadoras, tiram proveito da história australiana para lucrar, reforçam estereótipos, engajam-se em satisfazer o desejo de turistas em busca de memórias preconceituosas. Logo, a obra configura-se como uma ficção que denuncia a dinâmica de silenciamento das violências coloniais que ocorreram na Austrália. E poderíamos nos perguntar: denunciam para quem? Como a recepção, as audiências estariam conectadas com os desvelamentos desses produtos culturais?

Na ficção, William Gould é condenado por uma colônia penal e, durante o cumprimento de sua sentença, escreve um livro sobre peixes, utilizando as informações que encontra nos arquivos institucionais, aos quais tem acesso, apesar da proibição de uso. Para Crippa, o livro de Flanagan é um livro de ficção que reconstitui as memórias da colonização inglesa e fala de memórias que não estão no arquivo. Tema central da obra, o arquivo aparece como um instrumento de poder e institucionalização da colonização.

Picnic at Hanging Rock, por sua vez, é uma ficção, adaptada para distintos suportes audiovisuais, que permite refletir sobre como um produto de larga distribuição faz uso da noção de apropriação cultural para elaborar sua narrativa. Nesse caso, segundo Crippa, o produto cultural apropria-se da cultura aborígine para pensar a ideia de uma nova identidade nacional australiana. Na história do livro, jovens mulheres australianas, educadas de acordo com os costumes ingleses, fazem um piquenique em um lugar onde há uma pedra chamada *Hanging* e, nesse lugar, algumas delas desaparecem. Ao serem resgatadas, as vítimas apresentam uma espécie de confusão mental que as impossibilita de reconstituir o que aconteceu durante o piquenique. O livro foi inspirado em um sonho da autora. A versão cinematográfica da obra, dirigida por Peter Weir e lançada em 1975, é fiel ao livro e sofreu poucas alterações. Já a adaptação de *Picnic at Hanging Rock* para o formato de uma minissérie, no ano de 2018, ganhou uma abordagem inédita. Segundo Crippa, na modalidade de minissérie, a questão do sonho ganhou destaque e o sonho, explica, tem uma importância central na cultura aborígine australiana.

Crippa observa que, sobretudo em países de passado colonial, as memórias não arquivais são abordadas a partir de epistemologias que escapam à lógica europeia dominante. Para ela, os produtos culturais e seu amplo alcance podem abrir caminho para a legitimação de novas discursividades. Mas, ao mesmo tempo, eles também podem estimular discursos alinhados a vetores neocoloniais.

Provocações do Prof. Dr. Paulo Farah (FFLCH/USP)

Para o professor Paulo Farah, em relação às questões da colonialidade das instituições acadêmicas, é possível afirmar que: se, por um lado, estamos acompanhando o aumento de manifestações racistas, xenofóbicas e discriminatórias, por outro lado, há um movimento inverso dentro da faculdade. Um exemplo é o fato de a USP estar desenvolvendo políticas de inclusão e a consequente presença, cada vez mais intensa, de alunos advindos de escolas públicas (47% em 2020). Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas estariam relacionadas com a decolonialidade? Pensando nos refugiados, africanos, árabes, e nos demais grupos discriminados, alvos dos discursos de ódio, que têm sido silenciados em sua historicidade no contexto colonial inferiorizante, o professor pergunta se as palestrantes enxergam maneiras de reverter esse contexto de violência epistêmica, física e psicológica por intermédio da abordagem decolonial.

Farah faz um paralelo entre a representação invertida do mundo, feita pelo geógrafo africano e árabe Abu Abdullah Muhammad Al-Idrisi, no século 12, e o desenho da “América Invertida”, de Joaquim Torres Garcia, exibido durante a apresentação da professora Nancy Tarrago. E percebe essas representações, nas quais há uma inversão das posições Norte e Sul, como possibilidades de conexão entre América do Sul, África e Países Árabes. Ele questiona, se dirigindo às palestrantes, como a produção de conhecimento, desenvolvida no Sul global, pode fortalecer o campo dos estudos decoloniais e outras formas de saberes. E pede que mencionem exemplos.

Giulia Crippa reflete sobre a questão da educação como mercadoria, funcionando sem restrições nas universidades europeias. Essas universidades, segundo ela, se veem obrigadas a abordar o tema da imigração. Dentre os cursos oferecidos por essas instituições, há disciplinas que flertam com a ideia de segurança, isto é, estudam modos de controlar o fenômeno da imigração. Não seria, portanto, uma aproximação de compartilhamento, mas de sondagem do Outro, entendido como aquele que precisa ser moldado, controlado.

Para Tarrago, as regras do mercado modelam as dinâmicas da internacionalização da educação no ensino superior. Para que os pesquisadores não sejam tratados como mercadoria, ela acredita que devemos pensar outros modos de internacionalização, adotando métodos mais solidários e sustentáveis. O projeto AmeliCA¹ e iniciativas relacionadas à ciência aberta, coordenadas pela Universidade de Toronto, são mencionados como exemplos de propostas que contribuem para uma internacionalização na contramão da lógica de mercado. Os professores também têm a responsabilidade de reconhecer e trabalhar com autores que não foram legitimados como referências canônicas pela ciência europeia e norte americana, incluindo-os em suas pesquisas e repassando aos seus alunos a importância dos saberes diversos.

Referindo-se aos pensadores-referência nos estudos decoloniais e às abordagens subalternas e pós-coloniais, Farah pergunta se a transdisciplinaridade seria um pressuposto da decolonialidade e se existe uma relação entre as ideias de transdisciplinaridade e decolonialidade nos projetos acadêmicos das palestrantes. Giulia Crippa comenta que irá participar de um curso (para imigrantes) na Universidade de Bolonha e pretende ministrar suas aulas a partir de uma perspectiva transdisciplinar. Para discutir a relação entre o tema imigração e segurança, a professora usará a abordagem dos estudos culturais.

Há ainda, como questão, a hegemonia da língua inglesa e como isso influencia o espaço de idiomas não hegemônicos. Segundo Crippa, para atingir um melhor conceito, as revistas acadêmicas italianas privilegiam publicações na língua inglesa. A professora destaca o desconforto gerado pelas línguas que se originam de processos colonizadores e alerta-nos para o fato de não ser viável produzir conteúdo em línguas de difícil acesso, por exemplo, as línguas indígenas.

Farah indaga, ainda, se as obras literárias adaptadas para o formato audiovisual não correm o risco de perder a sua complexidade. E, por fim, como o espaço ficcional poderia ajudar na promoção de reflexões relativas à decolonialidade. Giulia Crippa não acredita que haja um “achatamento” dos personagens nas minisséries. Pelo contrário, em muitos casos, eles se tornam até mais complexos do que nos livros. Os produtos culturais de ampla distribuição são passíveis de crítica, mas eles suscitam reflexões instigantes sobre o tema da decolonialidade.

¹ **AmeliCA**. Disponível em: <http://amelica.org/index.php/pt/amelica/>. Acesso em: 2 out. 2020.